



Programa da SJRO destina mais de R\$ 170 mil a projetos sociais em 2016

O Programa de Destinação de Penas Pecuniárias (Prodespen), desenvolvido pelas varas de competência criminal da Seção Judiciária de Rondônia (SJRO), destinou mais de R\$ 170 mil a projetos sociais em 2016, apresentados por entidades sem fins lucrativos que desenvolvem serviços de relevante interesse público.

A ação é objeto do programa de destinação das penas alternativas, de natureza pecuniária (em dinheiro) e de valores recolhidos como condição para a suspensão condicional do processo, aplicadas, no contexto da Lei nº 9.099/95, pelos juízes federais da 3ª e da 5ª Varas da SJRO.

Os projetos que recebem o financiamento da Justiça Federal de Rondônia são definidos por meio de um certame. Só na última edição do concurso, concluída no mês de dezembro, participaram dez entidades, sendo que sete delas tiveram as inscrições deferidas e os respectivos projetos analisados e classificados de acordo com critérios objetivos previstos no edital. Os quatro projetos mais bem classificados foram apresentados pelas associações Casa Família Rosetta, Abrace, APAE de Jaru/RO e Confrontando Gigantes.

O Prodespen – O Programa de Destinação de Penas Pecuniárias tem como parâmetro as Resoluções nº 154/2012 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e nº 295/82014 do Conselho da Justiça Federal (CJF), que definem o procedimento licitatório a ser observado pelo juízo das execuções penais com o propósito de conferir maior transparência e objetividade na escolha das entidades a serem contempladas com os aludidos recursos.

Com informações da Ascom/SJRO.

CJF define data das próximas sessões

As primeiras sessões do Conselho da Justiça Federal (CJF) no ano de 2017 estão agendadas para os dias 20 de fevereiro e 20 de março, às 14h, na sede do órgão, em Brasília.

O CJF julga processos administrativos referentes a servidores, a magistrados federais e a projetos institucionais. Também são apreciadas propostas de atos normativos que regulamentam questões administrativas da Justiça Federal.

As sessões do CJF são transmitidas ao vivo pelo canal do Conselho no YouTube (www.youtube.com/cjf).

Aprovada resolução que institui o Projeto Político-Pedagógico

O Conselho da Justiça Federal (CJF) aprovou a proposta de resolução que institui o Projeto Político-Pedagógico (PPP) para capacitação e desenvolvimento dos servidores do Conselho e da Justiça Federal de 1º e 2º graus. A decisão foi tomada durante a última sessão plenária do CJF realizada em 2016, em Brasília, que contou com a participação do vice-presidente do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, desembargador federal Ítalo Mendes.

O projeto, que também incluiu o tema sustentabilidade, foi discutido pelo Comitê Técnico-Operativo, composto pelos representantes do CJF e dos Tribunais Regionais Federais (TRFs). Segundo o corregedor-geral da Justiça Federal, ministro Mauro Campbell, o PPP vai nortear a formação continuada de servidores para uma atuação profissional e social produtiva, responsável e sustentável, por meio de abordagem interdisciplinar que privilegia o protagonismo do educando na construção do conhecimento.

Com informações do CJF.

SJPI realiza projeto de conciliações previdenciárias no mesmo dia da perícia médica

A Seção Judiciária do Piauí (SJPI) implantou um projeto-piloto que inclui a realização das audiências de conciliação para as ações previdenciárias no mesmo dia da realização da perícia médica, quando há laudos com resultado favorável, nos casos de auxílio-doença e de aposentadoria por invalidez. O procedimento busca tornar mais ágil a solução do processo e evitar que o jurisdicionado, na maioria das vezes carente e com problemas de saúde, desloque-se duas ou mais vezes ao fórum da Seccional.

Na primeira semana de conciliações, de 28/11 a 02/12, foram remetidos ao CEJUC 23 processos com laudos favoráveis, dos quais foram celebrados 21 acordos, o que corresponde a mais de 91% da demanda.

Com informações da Secos/SJPI.